

Globalização e a Escola Austríaca de Economia

Escrito por Gabriel J. Zanotti | 28 Outubro 2004

Numa época na qual o capitalismo parece enfrentar graves problemas; numa época onde a “globalização”, considerado efeito do capitalismo mundial, parece haver conduzido a grandes desigualdades, injustiças e problemas culturais, toda defesa do capitalismo parece ser uma mera hipótese auxiliar elaborada com um recurso dialético frente a um fracasso que parece inegável. Frente a essa interpretação, o objetivo deste artigo é mostrar que:

1. O atual processo de globalização não é mais que a globalização do intervencionismo de Estado em todas as áreas.
2. Que a crítica ao intervencionismo faz parte do eixo central da Escola Austríaca de Economia (Mises e Hayek).
3. Que a situação atual não é mais que uma dramática confirmação dessa crítica.
4. E que, portanto, longe de encontrarmos em uma crise sem novos paradigmas interpretativos, a Escola Austríaca nos oferece uma explicação e uma saída para a situação atual.

Começemos pelo segundo ponto. Vejamos a parte sexta do tratado de economia de Ludwig von Mises (1). Como vimos, estamos falando de uma obra central e não marginal entre seus trabalhos. E mais, estamos falando de uma obra sem a qual não haveria o renascimento da Escola Austríaca de Economia a partir dos anos 70.

Antes de tudo, Mises estabelece sua tese geral: toda intervenção do Estado gera exatamente os efeitos que com ela queriam se evitar e pior, com a intervenção eles ainda são agravados.

Começa com o intervencionismo fiscal. Todo imposto de renda ou sobre o capital é criticado como algo que, sinceramente, diminui a taxa de capital existente e, com isso, diminui os salários reais prejudicando os setores de menor renda.

Segue com o que denomina “medidas restritivas a produção”. Toda intervenção do Estado fixando tarifas aduaneiras é rechaçada com algo que, longe de aumentar a indústria e o emprego, os reduzirá notavelmente, além de criar um sistema econômico baseado no privilégio como sistema.

Segue com a intervenção sobre os preços. Além de agravar os problemas inflacionários, o especial é que Mises adverte neste ponto sobre a dramática consequência de fixar o salário acima de sua produtividade: o desemprego. Começa aí sua crítica à atividade sindical do tipo fascista.

O capítulo que segue é essencial para a Escola Austríaca e para Mises em particular. Trata-se do intervencionismo monetário e creditício. O monopólio estatal sobre a moeda e o controle da oferta de moeda implica necessariamente em inflação. A expansão do crédito implica em um período artificial de expansão da produção seguida de seu inevitável efeito: a recessão. O capítulo termina com outra crítica sobre o controle comercial e sobre o controle estatal do comércio internacional. Neste último aspecto cabe recordar que ao falar da política monetária internacional, o FMI recebe uma importante crítica, e não marginal: “... O Fundo Monetário Internacional de modo algum tem conseguido aqueles objetivos que perseguiram seus sustentadores”. Mises escreveu isso na década de 40.

Segue outro capítulo criticando toda a política confiscatória, reiterando seu óbvio efeito: descapitalização, maior pobreza e subdesenvolvimento.

Conclui, finalmente, com uma contundente crítica ao intervencionismo sindical, essa união fascista entre sindicatos e o Estado que culmina no mais amplo e devastador desemprego, à qual segue-se uma crítica sobre a mentalidade belicista como desculpa para a intervenção do Estado.

Este último tema é o eixo central de sua obra mais importante em filosofia política, Liberalismo (2), de 1927. O comércio internacional é entendido aí como a chave para o bem-estar dos povos e o único desestímulo real para a guerra, ao militarismo, ao nacionalismo e ao imperialismo. Atualmente, poucos recordam a ênfase que Mises usou para criticar tudo isso. Naquele momento Mises critica a política exterior belicista e fechada ao livre comércio entre as nações européias, predizendo outra terrível batalha mundial. O livre comércio não tem nada a ver com acordos internacionais entre os governos, e a então “Sociedade das Nações” recebe uma importante crítica que se aplica hoje à ONU: inúteis serão todos os acordos sem a existência de um autêntico livre comércio internacional.

Voltamos a dizer que não estamos falando de cartas que Mises enviou ao seu avô um dia antes de morrer. Estamos falando de textos centrais, de textos imprescindíveis em qualquer análise de seu pensamento. Agora bem, que estes textos continuem sendo absolutamente desconhecidos pelo paradigma econômico dominante, é algo cuja reflexão deixaremos para o fim.

Hayek é um caso parecido. Em 1935 critica as hipóteses dos modelos de concorrência perfeita e sustenta que o mercado implica outros pressupostos: indivíduos com conhecimentos dispersos e uma capacidade de aprendizagem que só é orientada para as necessidades de demanda, no caso em que os pressupostos jurídicos do mercado incluam a liberdade de entrada no sistema. Este pressuposto, contrário a todas as intervenções estatais no comércio internacional, se mantém ao longo de toda sua obra mais conhecida e não é casualidade que, portanto, em 1974 propõe a eliminação do curso forçado

(isto é, a eliminação de uma só moeda obrigatória) como eixo central de sua proposta monetária (3). Exatamente o contrário do que depois faz a União Monetária.

Sigamos então com o ponto um de nossa análise. O que tem que ver a chamada “globalização” com o que Mises e Hayek propuseram para a política e para a economia internacional? Não só muito pouco, mas sinceramente todo o contrário. Em detalhe: imposto de renda progressiva ou não; indústrias “privadas” protegidas por tarifas alfandegárias e todo tipo de monopólios legais e políticas monetárias, creditícias e impositivas; modelos sindicais corporativos com a crença generalizada, de orientação marxista, de que sem salários mínimos há exploração dos trabalhadores; controle estatal sobre a moeda e o crédito... Com todos os efeitos estudados e previstos por Mises e Hayek: menor quantidade de capital por habitante; inflação; recessão; desemprego; crises creditícias e bancárias; ociosidade... Nos faz lembrar alguma coisa? Tendo-se em conta que as críticas de Mises e Hayek estão desenvolvidas n um contexto europeu e norte americano...

Em geral: bancos centrais; controles e privilégios ao setor privado; alta pressão impositiva; pactos inter-governamentais (União Européia; Nafta; Mercosul), tarifas alfandegárias; controles migratórios... essa é a atual chamada globalização. Sinceramente, a globalização do intervencionismo.

Vamos então aos pontos três e quatro. A crise atual da globalização como sistema não é mais que uma dramática afirmação das advertências de Mises e Hayek. Onde a mentalidade neomarxista e neofascista vê demasiado livre mercado, Mises e Hayek veriam muito pouco, e advertiram toda a sua vida, e não em notas de roda-pé, as terríveis crises internacionais que disso se seguiriam. Não ficamos, portanto, sem explicações. Eis a explicação de Fidel Castro, renovado líder intelectual a quem todos começaram a repetir depois de 11 de Setembro, porque, aparentemente, o capitalismo dos Estados Unidos, com suas conseqüências de pobreza e subdesenvolvimento sobre o terceiro mundo e no oriente médio, é produto do cultivo de mentalidades extremistas. E eis a explicação de Mises e de seu discípulo Hayek. Definitivamente, Estados Unidos e Europa estão longe de terem entendido o que seja o livre mercado. Desta maneira simples.

Se é simples, por que que se desconhece? Porque os paradigmas alternativos podem ser simples, mas os paradigmas dominantes têm a “piel gruesa”(4). O pior inimigo do capitalismo liberal de Mises e Hayek não é Castro. Em nível intelectual, seus piores inimigos são os milhares e milhares de graduados em economia de quase todas as universidades do mundo, formados em manuais de economia nekeynesianos que explicam muito bem os instrumentos de “política monetária, creditícia e impositiva”, essas medidas “macro” que devem estar a cargo dos governos “para que o capitalismo funcione”. Sob essas crenças (exatamente tudo aquilo que Mises criticou como intervencionismo) constituem-se ministérios, secretarias e organismos internacionais, assessorando a ONU, o Banco Mundial, o FMI, os funcionários da União Européia, do Nafta e outras tantas instituições que são, sob o paradigma explicativo de Mises, o auge da mentalidade intervencionista. Mentalidade que forma parte da engenharia social que nos governa, que forma parte, por sua vez, de um positivismo cultural, de uma racionalidade instrumental que para cúmulo é colocada pela esquerda culta como a idéia central do capitalismo...

As aplicações em nosso país são óbvias e dramáticas. A esse respeito, apenas uma coisa: o nosso não é só um problema de corrupção, mas de uma mentalidade que pode dominar os nossos mais honestos funcionários, e o sistema que rege a organização dos nossos poderes legislativos nacionais e dos partidos políticos. Sobre esses temas, sobre as crises das democracias constitucionais e dos partidos políticos, cujos poderes têm-se expandido, Mises e Hayek também advertiram e, da mesma forma, em partes centrais de seus escritos. Portanto, a Argentina pode amanhã mesmo renovar todas as suas autoridades, mas com isso o problema não estará resolvido.

Mas parte dele estará resolvido quando começarmos a estudar seriamente estes autores. Pode soar estranho que diante de tudo isso eu proponha o estudo, mas, assentado em Husserl, parafraseio uma famosa expressão. O que queira transformar o mundo, o destruirá; o que queira contemplá-lo, o construirá.

Notas:

Fonte: atlas.org.ar

(1) Mises, Ludwig von. Ação humana: um tratado de economia. 2 .ed. – Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1995. 890 p. (N.T.)

(2) Traduzida e publicada pelo Instituto Liberal (N.T)

(3) Para ver essa proposta completa, ver seu livro “Desestatização do Dinheiro” (Instituto Liberal). (N.T)

(4) “Piel gruesa” é uma expressão utilizada pelo epistemólogo Imre Lakatos, para mostrar que os paradigmas são resistentes a mudanças, com a analogia de “piel gruesa”, isto é, uma cobertura teórica resistente às irregularidades. (N.T.)

(5) Gabriel J. Zanotti é Doutor em Filosofia e professor de Filosofia. Autor de vários livros, entre eles, “Epistemologia da Economia” e “Nueva Introducción a la Escuela Austriaca de Economía”.

Tradução: **Lucas Mendes**.